



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO PAIM

MPV-474

00001

EMENDA N° .
(à MPV N° 474/2009)

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 03/02/2010, às 12:00
Folcante / estagiário

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010 e estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2011 e 2023.

A Medida Provisória nº 474, de 2009 passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1-A.

"Art 1-A É assegurado a todos os benefícios de aposentadoria e pensão mantidos pela Previdência Social as mesmas diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2010 e 2023 nos termos do art. 1º desta lei."

JUSTIFICAÇÃO

É de notório conhecimento que os aposentados e pensionistas nos últimos anos vêm acumulando enormes perdas em seus benefícios, justamente por terem reajustes inferiores aos valores concedidos ao salário mínimo.

Em cálculos simples constataremos que, em permanecendo a política atual de reajuste dos benefícios de aposentadorias e pensões, nos próximos 10 anos praticamente todos estarão recebendo tão somente 01 (um) salário mínimo a título de benefício.

Ao manter a política de desvinculação do reajuste do salário mínimo com a dos benefícios teremos a cada ano uma defasagem maior. O que se pretende é tão somente a igualdade de tratamento.

Está comprovado que o aumento dos salários e dos benefícios fomenta o consumo e movimenta a economia.

O argumento de que a equiparação de reajustes causará a elevação dos gastos públicos, prejudicando as políticas do governo, é uma





SENADO FEDERAL

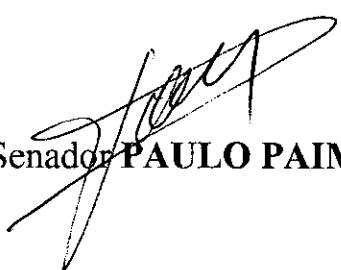
Gabinete do Senador PAULO PAIM

A verdade. Sabemos que este gasto voltará sob forma de recolhimento de impostos, provocado pelo aquecimento dos negócios, em especial das pequenas e microempresas.

Se existem recursos para socorrer bancos e grandes empresas em dificuldades, existem recursos para atender aos 25% do total de aposentados e pensionistas que ganham acima do valor mínimo.

A presente proposição visa dar uma resposta à indagação anterior. Constitui uma política de salário mínimo que possibilita a concessão de aumentos reais aos salários dos trabalhadores ativos sem prejudicar os idosos e pensionistas e sem comprometer o equilíbrio financeiro da previdência social. A idéia é manter o vínculo entre previdência e salário mínimo e garantir a este último o reajustamento anual, de forma a preservar, permanentemente, seu valor real. Com isso, fica também garantida a atualização automática dos valores mínimos dos benefícios previdenciários.

Sala das Sessões,


Senador **PAULO PAIM** - PT/RS

